Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Total do ativo

	Nota	Contro	ladora	Consolidado	
Ativo	explicativa	2012	2011	2012	2011
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.771	6.217	11.518	15.528
Aplicações financeiras	6	167.288	157.901	190.636	158.022
Contas a receber de clientes	7	199.389	167.471	208.756	179.589
Estoques	8	33.723	22.900	76.133	57.384
Impostos a recuperar	9	9.252	7.625	14.280	10.191
Outros créditos	10	6.406	9.548	12.239	11.662
Total do ativo circulante	-	422.829	371.662	513.562	432.376
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	6	-	-	20	79
Partes relacionadas	12	10.937	11.000	-	-
Depósitos judiciais	20	4.523	3.902	6.879	5.863
Impostos a recuperar	9	377	358	377	358
Imposto de renda e contribuição social					
diferidos	11.a	5.997	9.534	6.264	10.012
Outros créditos	10	577	489	577	506
	-	22.411	25.283	14.117	16.818
Investimentos	13	93.006	73.158	-	_
Imobilizado	14	20.729	8.303	61.090	30.293
Intangível	15	9.694	7.236	47.822	31.141
-	_	123.429	88.697	108.912	61.434
Total do ativo não circulante	_	145.840	113.980	123.029	78.252

568.669

485.642

636.591

510.628

	Nota	Controladora		Nota Controladora Con		Conso	solidado	
Passivo	explicativa	2012	2011	2012	2011			
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	16	31.313	20.845	42.843	20.885			
Fornecedores	17	25.691	27.311	35.507	37.286			
Obrigações fiscais e sociais		6.231	5.706	19.428	14.421			
Obrigações trabalhistas	18	9.602	7.489	15.408	12.151			
Dividendos e juros sobre capital próprio a								
pagar	22	8.945	14.327	8.945	14.327			
Outras obrigações		2.167	1.226	5.287	3.248			
Total do passivo circulante	_	83.949	76.904	127.418	102.318			
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	16	23,222	17.689	51.241	17.774			
Partes relacionadas	12	-	-	973	905			
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais								
e cíveis	20	2.397	2.712	3.038	4.258			
Provisão para passivo a descoberto	13	5.202	3.132	-	-			
Outras obrigações		-	1.158	22	1.326			
Total do passivo não circulante	_	30.821	24.691	55.274	24.263			
Patrimônio líquido								
Capital social	21.1	106.857	40.917	106.857	40.917			
Reserva de capital	21.2	173,498	237.723	173,498	237.723			
Reservas de lucros	21.3	153.162	105.407	153.162	105.407			
Proposta de distribuição de dividendo								
adicional	22	20.382	-	20.382	-			
	_	453.899	384.047	453.899	384.047			
Total do passivo e patrimônio líquido	-	568.669	485.642	636.591	510.628			

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolida	
	explicativa	2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida	24	760.967	622.634	860.335	678.907
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(487.655)	(401.847)	(484.530)	(397.483)
Lucro bruto	-	273.312	220.787	375.805	281.424
Receitas (despesas) operacionais: Comerciais Administrativas e gerais Resultado de equivalência patrimonial Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13 29	(89.091) (61.191) 277 (6.109)	(72.508) (45.736) 3.923	(178.526) (64.326) - (4.748)	(121.224) (48.197) - 1.668
прина	20	(156.114)	(113.385)	(247.600)	(167.753)
Lucro antes do resultado financeiro	-	117.198	107.402	128.205	113.671
Resultado financeiro Despesas financeiras Receitas financeiras Variações cambiais, líquidas	28 -	(6.471) 18.214 (389) 11.354	(6.167) 20.651 546 15.030	(12.334) 18.169 (536) 5.299	(9.155) 20.703 233 11.781
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	128.552	122.432	133.504	125.452
Imposto de renda e contribuição social Corrente Diferido	11.b	(28.141) (3.537)	(21.553) (9.266)	(32.882) (3.748)	(24.598) (9.241)
Lucro líquido do exercício	- -	96.874	91.613	96.874	91.613
Lucro por ação básico e diluído - R\$	23	1,09	1,05		

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consol	idado
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	96.874	91.613	96.874	91.613
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	96.874	91.613	96.874	91.613

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

		Reservas de lucros							
	Nota Explicativa (Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para investimentos	Retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		21.358	71.019	4.271	1.703	31.805	16.062	-	146.218
Aumento de capital - emissão de ações Custos para emissão de ações Lucro líquido do exercício Reserva legal Reserva para investimento	21.1 / 21.2 21.2 21.3 21.3	19.559 - - - -	176.029 (9.325) - -	- - - 3.912 -	- - - - 980	- - - - (980)	- - - -	91.613 (3.912)	195.588 (9.325) 91.613
Destinação: Juros sobre capital próprio Dividendos pagos Dividendos Retenção de lucros	22 22 21.3	- - -	- - - -	- - -	- - -	- - - 63.716	(16.062) - -	(17.868) - (6.117) (63.716)	(17.868) (16.062) (6.117)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	40.917	237.723	8.183	2.683	94.541	-	-	384.047
Aumento de capital Outorga de opções de ações Lucro líquido do exercício Reserva legal	21.1 21.2 21.3	65.940 - - -	(65.000) 775 - -	- - - 4.844	- - -	- - - -	- - -	- - 96.874 (4.844)	940 775 96.874
Destinação: Juros sobre capital próprio Dividendos pagos Dividendos propostos Retenção de lucros	22 22 22 21.3	- - -	- - -	: : :	- - -	- - - 42.911	- - 20.382 -	(21.751) (6.986) (20.382) (42.911)	(21.751) (6.986) -
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	106.857	173.498	13.027	2.683	137.452	20.382	-	453.899

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Conso	idado	
	2012	2011	2012	2011	
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	128.552	122.432	133.504	125.452	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades					
operacionais:					
Depreciações e amortizações	3.657	2.014	7.558	4.058	
Resultado na venda de ativos permanentes	618	396	2.410	895	
Resultado de equivalência patrimonial	(277)	(3.923)	(4.220)	(252)	
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	(419)	(582)	(1.220)	(352)	
Juros e variação cambial	502 (11.601)	3.987	767 (11.732)	4.002	
Rendimentos de aplicações financeiras Provisão para perdas no estoque	(11.601) 457	(14.948) (4)	(11.732) 457	(14.948) (4)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	(69)	148	(68)	
Plano de opções de ações	775	(03)	775	(00)	
Decréscimo (acréscimo) em ativos	773		770		
Contas a receber de clientes	(31.344)	(45.115)	(29.316)	(47.118)	
Estoques	(7.937)	(5.245)	(19.206)	(8.518)	
Impostos a recuperar	(1.025)	2.283	(4.109)	1.244	
Variação de outros ativos	3.165	(4.595)	(652)	(5.200)	
Depósitos judiciais	(621)	(1.635)	(1.016)	(2.501)	
(Decréscimo) acréscimo em passivos	` ,	(/	, ,	(/	
Fornecedores	(1.866)	8.725	(1.779)	8.542	
Obrigações trabalhistas	1.765	(1.419)	3.256	(1.602)	
Obrigações fiscais e sociais	6.479	3.577	8.350	7.665	
Variação de outras obrigações	(260)	(778)	735	39	
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(35.604)	(25.033)	(37.708)	(28.548)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	55.019	40.068	51.222	43.038	
Das atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado e intangível	(18.419)	(6.082)	(57.446)	(30.239)	
Aplicações financeiras	(335.338)	(347.703)	(361.338)	(347.823)	
Resgate de aplicações financeiras	337.677	209.777	340.520	209.768	
Integralização de capital em controladas	(21.917)	(10.654)	-	-	
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento	(37.997)	(154.662)	(78.264)	(168.294)	
Das atividades de financiamento com terceiros					
Captações de financiamentos	44.630	23.774	83.844	23.774	
Pagamentos de empréstimos	(29.131)	(35.831)	(29.187)	(35.886)	
Débitos com partes relacionadas, exceto sócios	(322)	(17.930)	-	-	
Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros	15.177	(29.987)	54.657	(12.112)	
Das atividades de financiamento com acionistas	(40 =00)	(0.440)	(40 =00)	(0.440)	
Juros sobre o capital próprio	(19.532)	(8.442)	(19.532)	(8.442)	
Distribuição de lucros	(13.101)	(28.026)	(13.101)	(28.026)	
Créditos (débitos) com sócios	940	222 195.588	68 940	(99)	
Emissão de ações Custos de transação para emissão de ações	940	(14.129)	940	195.588 (14.129)	
Custos de transação para emissão de ações	-	(14.123)	-	(14.129)	
Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com acionistas	(31.693)	145.213	(31.625)	144.892	
Aumento (redução) das disponibilidades	506	632	(4.010)	7.524	
Disponibilidades					
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial	6.217	5.585	15.528	8.004	
Incorporação	48	-	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final	6.771	6.217	11.518	15.528	
Aumento (redução) das disponibilidades	506	632	(4.010)	7.524	
Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa					
Transpaños que não envolvem esive ou equivalentes de esive:					
Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa:		13.899			
Integralização de capital em controladas com créditos	-	13.699	-	-	

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas	927.490	754.405	1.070.578	835.405
Insumos adquiridos de terceiros	(698.467)	(576.035)	(699.621)	(558.104)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(619.244)	(510.279)	(561.766)	(421.068)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(76.952)	(64.575)	(130.417)	(129.454)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(2.271)	(1.181)	(7.438)	(7.582)
Valor adicionado bruto	229.023	178.370	370.957	277.301
Depreciação e amortização	(3.657)	(2.014)	(7.558)	(4.058)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	225.366	176.356	363.399	273.243
Valor adicionado recebido em transferência	13.512	27.499	14.573	24.315
Resultado de equivalência patrimonial	277	3.923	-	-
Receitas financeiras, incluindo variação cambial ativa	19.344	22.640	19.321	22.647
Outras receitas	(6.109)	936	(4.748)	1.668
Valor adicionado total a distribuir	238.878	203.855	377.972	297.558
Pessoal	52.982	40.641	98.014	77.029
- Salários, benefícios e FGTS	47.173	36.298	91.922	72.145
- Participação dos empregados no lucro	5.034	4.343	5.317	4.884
- Plano de opções de ações	775	-	775	-
Tributos	77.178	61.931	142.956	102.990
- Federais	69.685	58.932	96.559	75.769
- Estaduais	7.213	2.873	45.649	26.713
- Municipais	280	126	748	508
Remuneração de capitais de terceiros	11.844	9.670	40.128	25.926
- Juros	1.984	1.537	2.309	1.552
- Aluguéis	3.854	2.060	26.106	15.060
- Despesas financeiras, incluindo variação cambial passiva	6.006	6.073	11.713	9.314
Remuneração de capitais próprios	96.874	91.613	96.874	91.613
 Juros sobre o capital próprio e dividendos 	49.119	23.985	49.119	23.985
- Lucros retidos do exercício	47.755	67.628	47.755	67.628
Distribuição do valor adicionado	238.878	203.855	377.972	297.558

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 – salas 1301 e 1303 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contava com 334 franquias no Brasil e 8 no exterior; 56 lojas próprias distribuídas pelo Brasil e uma loja própria no exterior; e um canal "web commerce" destinado à vendas de produtos da marca Schutz e Ana Capri. O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAB")

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba. Em 02 de janeiro de 2012, a ZZAB incorporou a ZZARIO e a ZZCAPRI.

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZSAP")

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

Arezzo & Co. International ("Arezzo Int.")

A Arezzo Int., anteriormente denominada Schutz International Corporation, registrada em Miami, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A Arezzo Int. foi incorporada pela ARZZ LLC em 17 de agosto de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

ARZZ International Inc. ("ARZZ Inc.")

A ARZZ Inc. foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC e Schutz 655 LLC.

ARZZ LLC

A ARZZ LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. Em 17 de Agosto de 2012, a ARZZ LLC incorporou a Arezzo & Co. International ("Arezzo Int.").

Schutz 655 LLC

A Schutz 655 LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos.

ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. ("ZZARIO")

A ZZARIO, criada em setembro de 2008, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos. A ZZARIO foi incorporada pela ZZAB em 02 de janeiro de 2012.

ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda. ("ZZCAPRI")

A ZZCAPRI, criada em novembro de 2008, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos. A ZZCAPRI foi incorporada pela ZZAB em 02 de janeiro de 2012.

ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAF")

A ZZAF, criada em novembro de 2008, tem por objeto a comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como importação e exportação desses produtos. A ZZAF foi incorporada pela Arezzo em 01 de fevereiro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda. ("Shoes For U")

Adquirida em 21 de julho de 2008, a Shoes For U tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas, cintos e acessórios. Desde 28 de maio de 2010 as operações da Shoes For U estavam paralisadas, tendo sido incorporada pela Arezzo em 01 de fevereiro de 2012.

Reestruturação societária

Em 02 de janeiro de 2012, a controlada ZZAB Comércio de Calçados Ltda. incorporou as empresas ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. e ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda., também controladas da Companhia, conforme Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação aprovado em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de janeiro de 2012, a Companhia aprovou a incorporação das suas controladas Allmaness Calçados Ltda., Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda., Schutz Shoes Design Comércio de Calçados Ltda. e ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda.

A Arezzo & Co International foi incorporada pela ARZZ LLC em 17 de agosto de 2012.

Estas incorporações tiveram como propósito a racionalização das atividades administrativas. Foram realizadas a valores de livros, não afetam as atividades operacionais da Companhia e não causaram efeito às demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Reestruturação societária -- Continuação

Os patrimônios líquidos da ZZAF, Allmaness, Shoes for U e Schutz Shoes foram avaliados em 31 de janeiro de 2012, com base no valor contábil, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil incorporado está apresentado como segue:

Shoes For U	Allmaness	Schutz Shoes	ZZAF	Total
-	3	-	45	48
-	125	-	-	125
=	-	-	577	577
-	-	-	3.343	3.343
=	21	-	602	623
28	-	1	67	96
28	149	1	4.634	4.812
122	-	-	-	122
-	-	15	-	15
122	-	15	-	137
-	17	575	139	731
-	-	2	5	7
122	17	592	144	875
150	166	593	4.778	5.687
Shoes For II	Allmanass	Schutz Shoos	77 0 F	Total
011003 1 01 0	Aimaness	Octiviz Offices	22/1	Total
146	_	_	100	246
_	_	3		26
-	_	-	- -	348
_	_	-		40
148	-	3	509	660
1	_	1	505	507
	_			104
1	-	83	527	611
149	-	86	1.036	1.271
1	166	507	3.742	4.416
	122 122 122 122 150 Shoes For U	- 3 - 125	125 -	3

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas também estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2011, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 22 de fevereiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Participação total - %				
Controladas	31/12	/2012	31/12/2011		
	Direta	Indireta	Direta		
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	99,99	-	99,99		
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	99,99	-	99,99		
ARZZ International INC.	100,00	-	99,99		
ARZZ LLC	-	100,00	-		
Schutz 655 LLC	-	100,00	-		
Arezzo & Co. International	-	-	99,99		
ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	-	-	99,99		
Allmaness Calçados Ltda.	-	-	99,99		
Schutz Shoes Design Comércio de Calçados Ltda.	-	-	99,99		
Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda.	-	-	99,99		
ZZARIO Comércio de Calçados Ltda.	-	-	99,99		
ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda.	-	-	99,99		

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que à participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

2.5 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

<u>Produtos acabados e em elaboração</u> - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

	Vida útil média
Prédios	25 anos
Instalações e showroom	10 anos
Maquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2012 e 2011 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.14 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

		Aliquotas	
IC	MS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%	
С	OFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%	
Р	S – Programa de Integração Social	1,65%	
IN	ISS – Instituto Nacional de Seguridade Social (*)	1,00%	
St	ate Sales Tax	0% a 8,875%	
C P IN	OFINS – Contribuição para Seguridade Social S – Programa de Integração Social ISS – Instituto Nacional de Seguridade Social (*)	7,60% 1,65% 1,00%	

^(*) Conforme Lei 12.546 relativamente a desoneração da folha de pagamento, este imposto incide sobre as receitas da controlada ZZSAP.

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes -- Continuação

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

 quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Impostos diferidos -- Continuação

 sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opções de ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.17 Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza Non-Deliverable Forward (NDF) e Adiantamentos de Contratos de Câmbio ("ACCs") como principais instrumentos financeiros para proteção contra riscos relacionados a volatilidade das taxas de câmbio em decorrência das venda de mercadorias para o mercado externo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20 Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Estes instrumentos financeiros são contratados estabelecendo o montante dos recursos em dólares a ser liberado em data futura a uma taxa pré-fixada. No período compreendido entre a contratação do instrumento e a efetiva disponibilização dos recursos, a Companhia reconhece o valor de mercado destes instrumentos. Tais operações, embora sejam instrumentos contratados com finalidade de proteção, não estão registradas na forma de "hedge accounting" e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

2.21 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios à Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por quatro marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman e Anacapri), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias, lojas multimarcas e e-commerce) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.22 Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22 Arrendamentos mercantis--Continuação

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.23 Pagamento baseado em ações

A Companhia instituiu em 25 de maio de 2012 um Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano de Opções") para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que está sob a administração do Conselho de Administração. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 33.

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 33.

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)

O IASB emitiu diversas alterações da IAS 19. Essas vão desde alterações fundamentais como, por exemplo, a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados de ativos do plano, até esclarecimentos simples e reformulação de texto. Esta norma não é aplicada a Companhia. A alteração se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IAS 28 Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Conjuntos (revisada em 2011)

Como consequência da nova IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos e da* IFRS 12 *Divulgação de Participações em Outras Entidades*, a IAS 28 *Investments in Associates* (Investimentos em Coligadas) foi renomeada para IAS 28 *Investments in Associates and Joint Ventures* (Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Conjuntos), e descreve a aplicação do método da equivalência patrimonial a investimentos em empreendimentos conjuntos além de em coligadas. A norma revisada se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

IAS 32 Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32

Essas alterações esclarecem o significado da expressão "atualmente tem um direito legalmente exigível de compensar". As alterações também esclarecem a aplicação dos critérios de compensação da IAS 32 para sistemas de liquidação (como, por exemplo, sistemas de central de compensação), que aplicam mecanismos de liquidação pelo valor bruto que não são simultâneos. Não se espera que essas alterações causem impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia e se aplicam a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 1 Empréstimos Concedidos pelo Governo – Revisões da IFRS 1

Essas alterações exigem das entidades que adotam as IFRS pela primeira vez a aplicação dos requisitos contidos na IAS 20 - *Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance* (Contabilização de Subvenções Governamentais e Divulgação de Assistência Governamental), de forma prospectiva, a empréstimos concedidos pelo Governo existentes na data de transição para as IFRS. A alteração se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A alteração não gera nenhum impacto sobre a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 7 Divulgações - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7

As alterações requerem que uma entidade divulgue informações sobre direitos de compensações e acordos relacionados (por exemplo, contratos de garantia). Essas alterações não apresentarão impacto sobre a posição financeira ou desempenho da Companhia e se aplicam a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures* (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas

A IFRS 10 substitui a parte da IAS 27 Consolidated and Separate Financial Statements (Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas) que trata sobre contabilidade para demonstrações financeiras consolidadas. Discuti também as questões levantadas na SIC-12 Consolidation — Special Purpose Entities (Consolidação – Entidades de Propósito Específico).

Com base nas análises realizadas, não se espera que a IFRS 10 tenha qualquer impacto na Companhia. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11 substitui a IAS 31 *Interests in Joint Ventures* (Participações em Empreendimentos Conjuntos) e a SIC-13 *Jointly-controlled Entities* — *Non-monetary Contributions by Venturers* (Entidades Controladas em Conjunto – Contribuições não Monetários por Empreendedores).

A aplicação dessa nova norma não impactará a posição financeira da Companhia. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e deve ser aplicada retrospectivamente para empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente contidas na IAS 27 relativas a demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 31 e IAS 28.

Algumas novas divulgações são também requeridas, contudo não têm nenhum impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 Mensuração de Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação para fins das IFRS para todas as mensurações de valor justo. A IFRS 13 não muda quando uma entidade é requerida a usar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo segundo as IFRS quando valor justo é requerido ou permitido. A Companhia está atualmente avaliando os possíveis impactos que essa norma poderá ter sobre a sua posição financeira. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

b) Aprimoramentos anuais - maio de 2012

Esses aprimoramentos se aplicam a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e não terão efeito sobre a Companhia, mas incluem:.

IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS

Esse aprimoramento esclarece que uma entidade que parou de aplicar as IFRS no passado e escolhe, ou é requerida a, aplicar as IFRS, tem a opção de reaplicar a IFRS 1.

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Esse aprimoramento esclarece a diferença entre informações comparativas adicionais voluntárias e as informações comparativas mínimas requeridas.

IAS 16 Imobilizado

Esse aprimoramento esclarece que as principais peças de reposição e equipamentos de manutenção que satisfazem a definição de imobilizado não representam estoque.

IAS 32 Instrumentos Financeiros, Apresentação

Esse aprimoramento esclarece que tributos sobre o lucro resultantes de distribuições a acionistas devem ser contabilizados de acordo com a IAS 12 *Income Taxes (Tributos sobre o lucro)*.

IAS 34 Demonstrações Financeiras

A alteração alinha os requisitos de divulgação para o total de ativos do segmento com o total de passivos do segmento nas demonstrações financeiras. Esse esclarecimento também assegura o alinhamento das divulgações com as divulgações anuais.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2012 31/12/2011		31/12/2011	
Disponibilidades	6.771	6.217	11.518	15.528	
	6.771	6.217	11.518	15.528	

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante Renda fixa (a)	167.288	157.901	190.636	158.022
Não circulante Fundo de capitalização	-	-	20	79
Total das aplicações financeiras	167.288	157.901	190.656	158.101

⁽a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2012, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 102% do CDI. Os ativos são compostos em 14% por Letras Financeiras do Tesouro – LFT e 68% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui operações dadas em garantia junto a instituições financeiras (R\$ 5.589 em 31 de dezembro de 2011).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Duplicatas – clientes nacionais	133.303	125.247	136.372	130.908
Duplicatas – clientes estrangeiros	20.146	16.365	25.135	16.365
Duplicatas – partes relacionadas (Nota 12.a)	43.616	24.215	-	-
Cheques	20	37	412	1.209
Cartões de crédito	2.738	2.038	47.441	31.563
	199.823	167.902	209.360	180.045
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(434)	(431)	(604)	(456)
uuviuosa	199.389	167.471	208.756	179.589

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de "cartões de créditos" e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de "duplicatas – clientes nacionais".

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	(431)	(500)	(456)	(524)
Adições	(4)	(13)	(164)	(14)
Recuperações/ realizações	1	82	16	82
Saldo no final do exercício	(434)	(431)	(604)	(456)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Contas a receber--Continuação

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	195.831	166.733	205.368	178.655
Vencido até 30 dias	2.414	311	2.414	335
Vencido de 31 a 60 dias	909	213	909	239
Vencido de 61 a 90 dias	78	77	78	94
Vencido de 91 a 180 dias	44	103	44	144
Vencido de 181 a 360 dias	106	34	106	147
Vencido há mais de 360 dias	441	431	441	431
	199.823	167.902	209.360	180.045

Do total das contas a receber, R\$ 1.600 (R\$ 25.670 em 31 de dezembro de 2011) estão dados em garantia de cartas fianças contratadas junto a instituições financeiras.

8. Estoques

	Contro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Matéria prima	9.272	5.127	14.983	12.440	
Produtos em elaboração	-	-	3.899	5.525	
Produtos acabados	19.993	15.302	51.523	36.006	
Adiantamentos a fornecedores	4.919	2.475	6.189	3.417	
(-) Provisão para perdas	(461)	(4)	(461)	(4)	
	33.723	22.900	76.133	57.384	

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Estoques--Continuação

Periodicamente são efetuadas varreduras de produtos obsoletos, sendo estes incinerados e a perda reconhecida contabilmente.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Saldo no início do exercício	(4)	(22)	(4)	(22)	
Adições	(882)	(843)	(882)	(843)	
Recuperações/ realizações	425	861	425	861	
Saldo no final do exercício	(461)	(4)	(461)	(4)	

9. Impostos a recuperar

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ICMS a recuperar	922	4.154	2.338	4.448
Antecipação de IRPJ	6.104	2.666	6.895	3.847
Antecipação de CSLL	2.094	822	2.435	1.261
Outros	509	341	2.989	993
	9.629	7.983	14.657	10.549
Circulante	9.252	7.625	14.280	10.191
Não circulante	377	358	377	358

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas antecipadas	115	310	297	325
Adiantamentos a empregados	532	492	1.006	806
Adiantamentos a fornecedores	755	1.006	2.627	2.256
Adiantamentos de viagens	923	308	929	312
Adiantamento ao fundo de propaganda	2.825	6.902	2.825	6.902
Créditos junto a franqueados	1.818	1.019	4.983	1.019
Outros créditos a realizar	15	-	149	548
	6.983	10.037	12.816	12.168
Circulante	6.406	9.548	12.239	11.662
Não circulante	577	489	577	506

Adiantamento ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia ("Rede de Franquias Arezzo"), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo". Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	40.00=		40.00	
Créditos tributários - resultantes de incorporação (i)	13.935	13.935	13.935	13.935
(-) Amortização fiscal	(12.774)	(9.987)	(12.774)	(9.987)
Créditos tributários - resultantes de incorporação (ii)	7.535	7.535	7.535	7.535
(-) Amortização fiscal	(4.521)	(3.014)	(4.521)	(3.014)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.175	8.469	4.175	8.469
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (iii)	1.822	1.065	2.089	1.543
Total do imposto de renda e contribuição social	5.997	9.534	6.264	10.012

(i) O ágio, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, é decorrente do aumento de capital que a BRICS Participações S.A. (BRICS) efetuou na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa, líquido da provisão retificadora do ágio prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contrapartida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

- a) Impostos diferidos -- Continuação
 - (ii) O ágio, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, é decorrente de incorporação pela Companhia de acervo oriundo de cisão da FIGEAC Holdings S.A. ("FIGEAC"), líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contra partida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.
 - (iii) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo de abertura	9.534	13.996	10.012	14.449
Crédito fiscal sobre custos de emissão de ações	-	4.804	-	4.804
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(3.537)	(9.266)	(3.748)	(9.241)
	5.997	9.534	6.264	10.012

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Controladora e Consolidado) encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012
2013	1.278	1.365
2014	2.940	3.030
2015	1.779	1.869
Total	5.997	6.264

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Contro	oladora	Consc	olidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do imposto de renda e da				
contribuição social	128.552	122.432	133.504	125.452
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não	(43.708)	(41.627)	(45.391)	(42.654)
constituídos em empresas controladas Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:	-	-	(2.708)	(754)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação				
tecnológica – lei nº 11.196/05	4.588	2.838	4.588	2.838
Equivalência patrimonial	94	1.334	-	-
Juros sobre capital próprio	7.395	6.075	7.395	6.075
Outras diferenças permanentes	(47)	561	(514)	656
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(31.678)	(30.819)	(36.630)	(33.839)
Corrente	(28.141)	(21.553)	(32.882)	(24.598)
Diferido	(3.537)	(9.266)	(3.748)	(9.241)
Total	(31.678)	(30.819)	(36.630)	(33.839)
Taxa efetiva - %	24,64%	25,17%	27,44%	26,97%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores

Controladora	31/12/2012						
	Ativo circulante	Ativo não o	circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Trans	ações
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Empresas controladas							
ARZZ Co LLC	-	9.114	-	-	-	2.500	4
ARZZ International INC	-	1.718	29	-	-	2.254	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	43.104	-	28	191	-	85.310	50
ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	- 512	-	- 48	- 317	-	10 257	187 96.661
Total Controladora	43.616	10.832	105	508		90.331	96.902
Consolidado Controladores	43.010	13.032	103	300		30.001	30.302
Acionistas	-	-	-	-	973	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores--Continuação

Controladora	31/12/2011						
	Ativo circulante	Ativo não c	circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Trans	ações
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Empresas controladas							
Arezzo & Co International	-	6.701	-	-	-	3.785	-
Schutz Shoes Design	-	-	1	-	-	48	-
Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios	-	-	1	-	-	-	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	8.839	-	-	253	-	38.089	1.169
ZZAF Indústria e Comércio de Calcados Ltda.	-	-	1.380	2.461	-	385	54.824
ZZARIO Comércio de Calçados Ltda.	11.648	-	2.714	20	-	12.032	219
ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda.	3.369	-	200	7	-	2.548	8
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	359	-	3	7.845	-	14	148.553
Total Controladora	24.215	6.701	4.299	10.586		56.901	204.773
Consolidado							
Controladores							
Acionistas	<u> </u>	<u>-</u>	-	-	905	-	
:							

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

b) Natureza, termos e condições das transações – empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para a loja ZZAB (controlada) no ano de 2012 e para as lojas ZZAB, ZZARIO e ZZCAPRI em 2011, e a aquisição dos mesmos das fabricantes ZZAF e ZZSAP (controladas).

As transações comerciais praticadas entre tais partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes. O prazo médio de recebimento do saldo de partes relacionadas é de 183 dias, enquanto o prazo médio de pagamento do saldo das partes relacionadas é de 2 dias.

Os saldos a receber de partes relacionadas, exceto pelos saldos de mútuos, possuem datas específicas para vencimento. Os mútuos ativos são atualizados aplicando-se a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") acrescida de juros de 2,5% ao ano. Os mútuos ativos com operações no exterior são atualizados aplicando-se a taxa LIBOR (12 m) acrescida de juros de 1% ao ano.

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros. Em 31 de dezembro de 2012 a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo (pró-labore e participação nos lucros) da Administração da Companhia foi de R\$ 3.286 (R\$ 3.108 em 31 de dezembro de 2011), como seque:

	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração fixa anual salário/ pró-labore	3.071	2.755
Remuneração variável bônus	215	353
Total da remuneração	3.286	3.108

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações (Nota 33). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a despesa com plano de opções de ações de administradores totalizou R\$ 144, apresentados como despesa operacional antes do resultado financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

c) Remuneração da Administração--Continuação

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

d) Garantias

A Companhia é a garantidora de um contrato de arrendamento mercantil firmado em novembro de 2009 por sua controlada ZZSAP no montante de R\$ 85 (R\$ 125 em 31 de dezembro de 2011).

e) Transações ou relacionamentos com acionistas

A Companhia mantém contrato de locação do imóvel onde está estabelecida sua filial na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, que é de propriedade de uma empresa cujo sócio é um dos acionistas da Companhia (Sr. Anderson Lemos Birman). O valor do aluguel pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 67 (R\$ 95 em 31 de dezembro de 2011). Em 16 de agosto de 2012, a Companhia encerrou o contrato de aluguel.

Alguns diretores da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 52,6% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

f) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica nas áreas cível, trabalhista e tributária com o Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho de propriedade do Sr. José Murilo Procópio de Carvalho, membro do Conselho de Administração da Companhia, e com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda, de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, que presta consultoria em gestão de recursos humanos, também membro do Conselho de Administração da Companhia. Estas empresas receberam no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 R\$ 296 e R\$ 346 (R\$ 252 e R\$ 411 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Investimentos

								para pe	nto/Provisão erdas com timentos		ado de a patrimonial
Descrição 	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Receita líquida	Resultado do período	% Partic.	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ZZAB Com. de Calçados Ltda.	150.469	64.652	85.817	62.612	161.224	8.785	99,99	85.738	49.558	8.785	5.163
ZZARIO Com. de Calçados Ltda. (*)	-	-	-	-	-	-	99,99	-	6.853	-	(798)
ZZCAPRI Com. de Calçados Ltda. (*)	-	-	-	-	-	-	99,99	-	1.948	-	(203)
ZZSAP Ind. e Com. de Calçados Ltda.	47.229	39.726	7.503	591	78.051	(3.050)	99,99	7.268	10.320	(3.050)	392
ZZAF Ind. e Com. de Calçados Ltda. (***)	-	-	-	-	329	(65)	99,99	-	3.806	(65)	524
Allmaness Calçados Ltda. (**)	-	-	-	-	-	-	99,99	-	165	-	6
Schutz Shoes Design Exp. e Imp. de Calç. Ltda.	-	-	-	-	-	-	99,99	-	507	-	(186)
Shoes For U Com. de Calçados e Acessórios Ltda. (**)	-	-	-	-	-	-	99,99	-	1	-	(262)
Investimentos								93.006	73.158	5.670	4.636
ARZZ International INC.	18.607	23.809	(5.202)	3.349	5.168	(2.819)	100,00	(5.202)	-	(2.819)	-
Arezzo & Co International (****)	-	-	-	-	3.096	(2.574)	99,99	-	(3.132)	(2.574)	(713)
Provisão para passivo a descoberto								(5.202)	(3.132)	(5.393)	(713)
								87.804	70.026	277	3.923

^(*) Incorporadas em janeiro de 2012 pela controlada ZZAB Com. de Calçados Ltda.

^(****) Incorporada em agosto de 2012 pela controlada ARZZ LLC.

	Controladora		
	31/12/2012	31/12/2011	
Saldo no início do exercício, líquido da provisão para perdas	70.026	41.550	
Integralização de capital Incorporação de controladas (Nota 1)	21.917 (4.416)	24.553	
Equivalência patrimonial	277	3.923	
Saldo no final do período, líquido da provisão para perdas	87.804	70.026	

^(**) Empresas operacionais cujas atividades encontram-se paralisadas e foram incorporadas em fevereiro de 2012 pela Controladora.

^(***) Incorporada em fevereiro de 2012 pela Controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Investimentos--Continuação

Aumento de capital:

Nos exercícios de 2012 e 2011, a Companhia aumentou o capital social nas suas controladas, conforme abaixo demonstrado:

	2012	2011
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	25.773	20.801
ZZARIO Comércio de Calçados Ltda.	-	1.381
ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda.	-	650
Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda.	-	650
Schutz Shoes Design Comércio de Calçados Ltda.	-	1.071
ARZZ Inc.	3.323	-
	29.096	24.553
Integralização com caixa	21.917	10.654
Integralização com créditos	-	13.899
Integralização via incorporação de controladas	7.179	-

No exercício de 2012, a controlada ZZAB teve seu capital social aumentado de R\$ 36.839 para R\$ 93.614, portanto um aumento de R\$ 56.775. Deste montante, R\$ 25.773 foram integralizados no próprio exercício e R\$ 31.002 serão integralizados como segue: i) R\$ 19.000 em 09 de janeiro de 2013; e ii) R\$ 12.002 até 31 de dezembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora:

	Computadores	Móveis e	Máquinas e	Instalações		_	
	e periféricos	utensílios	equipamentos	e show room	Veículos	Terrenos	Total
Custo							
Saldo em 31/12/2011	4.002	2.299	1.757	3.995	57	1.501	13.611
Incorporações	73	65	1.060	170	19	-	1.387
Aquisições	1.096	3.554	842	8.793	-	-	14.285
Baixas	(8)	(11)	-	(737)	-	-	(756)
Saldo em 31/12/2012	5.163	5.907	3.659	12.221	76	1.501	28.527
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2011	(2.357)	(1.147)	(683)	(1.093)	(28)	-	(5.308)
Incorporações	(34)	(26)	(493)	(86)	(17)	-	(656)
Depreciação	(625)	(403)	(194)	(798)	(4)	-	(2.024)
Baixas	1	-	-	189	-	-	190
Saldo em 31/12/2012	(3.015)	(1.576)	(1.370)	(1.788)	(49)	-	(7.798)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2011	1.645	1.152	1.074	2.902	29	1.501	8.303
Saldo em 31/12/2012	2.148	4.331	2.289	10.433	27	1.501	20.729
Taxa média de							
depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

Consolidado:

	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e show room	Prédios	Veículos	Terrenos	Total
Custo								
Saldo em 31/12/2011	5.137	7.062	7.307	19.612	530	123	2.001	41.772
Aquisições	1.571	6.381	2.029	28.569	-	-	-	38.550
Baixas	(71)	(478)	(7)	(2.181)	-	(34)	-	(2.771)
Saldo em 31/12/2012	6.637	12.965	9.329	46.000	530	89	2.001	77.551
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2011	(2.717)	(1.996)	(3.052)	(3.534)	(89)	(91)	-	(11.479)
Depreciação	(851)	(934)	(633)	(3.369)	(21)	(4)	-	(5.812)
Baixas	41	183	7	565	-	34	-	830
Saldo em 31/12/2012	(3.527)	(2.747)	(3.678)	(6.337)	(110)	(61)	-	(16.461)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2011	2.420	5.066	4.255	16.078	441	32	2.001	30.293
Saldo em 31/12/2012	3.110	10.218	5.651	39.662	420	28	2.001	61.090
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	4%	20%	-	

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora:

	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Custo	paterites	ue iojas	ue sistemas	Total
Saldo em 31/12/2011	2.623	125	9.981	12.729
Incorporações	2	-	9	11
Aquisições	4	-	4.130	4.134
Baixas			(53)	(53)
Saldo em 31/12/2012	2.629	125	14.067	16.821
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2011	-	-	(5.493)	(5.493)
Incorporações	-	-	(2)	(2)
Amortização	-	-	(1.633)	(1.633)
Baixas	-	-	1	1
Saldo em 31/12/2012	-	-	(7.127)	(7.127)
Valor contábil líquido				
Saldo em 31/12/2011	2.623	125	4.488	7.236
Saldo em 31/12/2012	2.629	125	6.940	9.694
Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

Consolidado:

	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Custo	-			
Saldo em 31/12/2011	2.722	23.536	10.564	36.822
Aquisições	27	14.577	4.292	18.896
Baixas	-	(398)	(72)	(470)
Saldo em 31/12/2012	2.749	37.715	14.784	55.248
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2011	-	-	(5.681)	(5.681)
Amortização	-	-	(1.746)	(1.746)
Baixa	-	-	1	1
Saldo em 31/12/2012	•	-	(7.426)	(7.426)
Valor contábil líquido				
Saldo em 31/12/2011	2.722	23.536	4.883	31.141
Saldo em 31/12/2012	2.749	37.715	7.358	47.822
Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos	

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contra partida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 16.868 na Controladora e no Consolidado (R\$ 16.697 em 31 de dezembro de 2011) relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia.

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 5 anos variaram de 1% a 3%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto que variam de 14% a 16% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como seque:

- Receitas As receitas foram projetadas entre 2013 e 2017 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa.
- Custos e despesas operacionais Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- Investimentos de capital Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

<u>Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil</u> indefinida--Continuação

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Capital de giro	-	-	10.274	-	
Banco do Brasil (FINAME)	20	34	20	34	
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	27.057	16.909	27.057	16.909	
FINEP	27.458	21.507	27.458	21.507	
BNDES Progeren	-	-	29.190	-	
Outros	-	84	85	209	
	54.535	38.534	94.084	38.659	
Circulante	31.313	20.845	42.843	20.885	
Não circulante	23.222	17.689	51.241	17.774	

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- (i) Capital de giro no exterior: denominado em dólares, acrescido pela taxa Libor mais juros de 1,5% ao ano;
- (ii) Finame: Taxa de 2,5% ao ano, acrescido de TJLP;
- (iii) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em dólares, acrescido pela variação cambial mais juros a uma taxa média de 2,85% ao ano;
- (iv) FINEP: Taxa de 5,25% ao ano, ou indexado a TJLP se esta for maior que 6% ao ano:
- (v) BNDES: Taxa de 2,5% ao ano, acrescido da TJLP;
- (vi) Outros: 1,37% ao mês.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Vencimentos dos contratos

- Bank of America: vencimento em 16 de setembro de 2013;
- Banco do Brasil: parcelas mensais com vencimento final em agosto de 2015;
- FINEP: vencimento em agosto de 2017, julho de 2018 e outubro de 2019;
- BNDES: vencimento em 15 de novembro de 2015; e
- Outros: prazo final de amortização em janeiro de 2015.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2014	5.593	24.284
2014	5.593 5.591	14.919
2016	5.586	5.586
Após 2016	6.452	6.452
Total	23.222	51.241

Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas controladores e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas ("covenants") relacionadas a indicadores financeiros.

Linhas de crédito

Em 14 de novembro de 2011, a Companhia contratou uma terceira linha de financiamento junto ao FINEP no montante de R\$ 27.366. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 17.449 referente a esta linha de crédito não foi utilizado pela Companhia e está disponível para utilização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinado aos franqueados "Arezzo", em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco. Utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela própria Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário.

A Companhia é garantidora dessas operações, por meio de carta fiança bancária emitida pelo Banco Santander. Em 31 de dezembro de 2012, o valor garantido pela Companhia com relação a este acordo é de R\$ 84 (R\$ 312 em 31 de dezembro de 2011).

Em setembro e outubro de 2012, a Companhia contratou cartas fiança junto ao Bank of America no total de R\$ 10.274 (US\$ 5.000).

17. Fornecedores

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Fornecedores nacionais	24.946	16.427	33.984	36.988	
Partes relacionadas (Nota 12.a)	508	10.586	-	-	
Fornecedores estrangeiros	237	298	1.523	298	
	25.691	27.311	35.507	37.286	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Obrigações trabalhistas

Os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Salários a pagar	5.423	4.312	7.854	6.475
Provisão para férias e encargos	4.179	3.177	7.554	5.676
	9.602	7.489	15.408	12.151

19. Programa de parcelamento fiscal

A sociedade controlada ZZSAP aderiu ao Parcelamento Especial (PAES), disciplinado pela Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, inscrevendo parte substancial dos débitos tributários vencidos até 15 de julho de 2003. Conforme previsto na legislação mencionada, as empresas que integram este programa são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas mensais, podendo ser excluídas do programa caso atrasem estes pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

As parcelas pactuadas estão sendo liquidadas sem atraso. Com isso, a ZZSAP aufere um gasto mensal de, aproximadamente, R\$ 16 estando os pagamentos de acordo com as condições previstas no Programa de Parcelamento Fiscal.

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como seque:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

	Controladora					
-	Saldo		Adições/	Reversões/	Saldo	
_	31/12/2011	Incorporação	Atualizações	Pagamentos	31/12/2012	
Cível	642	-	439	(20)	1.061	
Trabalhista	2.070	104	639	(1.477)	1.336	
Provisão para riscos	2.712		1.078	(1.497)	2.397	
Depósito judicial	(3.902)	-	(1.593)	972	(4.523)	
Total	(1.190)	104	(515)	(525)	(2.126)	

	Consolidado					
	Saldo	Saldo				
	31/12/2011	Atualizações	Atualizações Pagamentos			
Cível	664	446	(22)	1.088		
Trabalhista	3.594	765	(2.409)	1.950		
Provisão para riscos	4.258	1.211	(2.431)	3.038		
Depósito judicial	(5.863)	(2.169)	1.153	(6.879)		
Total	(1.605)	(958)	(1.278)	(3.841)		

<u>Cível</u> – a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

<u>Trabalhistas</u> – a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos judiciais de natureza cível e trabalhista no montante aproximado de R\$ 9.733 na Controladora e no Consolidado, cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento.

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

21. Capital social e reservas

21.1 Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2010 foi aprovada a criação do limite do capital autorizado, ficando a Companhia autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 500.000, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

Em 02 de fevereiro de 2011 foram emitidas novas ações ordinárias no processo de oferta pública de distribuição de ações.

Em 29 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$ 65.000, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Capital social e reservas--Continuação

21.1 Capital social--Continuação

Em 30 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, em razão do exercício por determinados beneficiários de Opções de Compra de Ações, no valor total de R\$ 940, com emissão de 45 mil novas ações ordinárias da Companhia.

	Acões	Capital social
	em milhares	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2010	78.248	21.358
Emissão de ações em 2011	10.294	19.559
Saldo em 31 de dezembro de 2011	88.542	40.917
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	65.000
Emissão de ações com plano de opções de ações	45	940
Saldo em 31 de dezembro de 2012	88.587	106.857

21.2 Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2 Reserva de capital--Continuação

- a) Em 01 de junho de 2008, a BRICS foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$13.935.
 - No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC.
- b) Em 18 de novembro de 2008, a FIGEAC integralizou R\$ 12.500, dos quais R\$1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$1.559.
- c) Em 06 de novembro de 2009, a FIGEAC integralizou os R\$ 12.500 restantes, dos quais R\$1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$ 2.990.
- d) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$ 7.535.

Os créditos tributários gerados em decorrência da reserva especial de ágio constituída quanto da incorporação da BRICS e da FIGEAC estão apresentados na Nota 11.

Ainda, em 02 de fevereiro de 2011, no processo de oferta pública de ações a captação totalizou recursos líquidos de R\$ 182.009, dos quais R\$ 167.067 foram reconhecidos como reserva de capital, líquidos dos custos com a oferta no montante de R\$13.579 (R\$ 8.962, líquidos dos efeitos tributários). Deste total, R\$ 10.663 referem-se ao pagamento de honorários a bancos e corretoras, e o restante ao valor do pagamento de honorários a advogados, consultores, auditores e outros custos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2 Reserva de capital--Continuação

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$ 550 (R\$ 363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Com a implementação do Plano de Opções, a Companhia constituiu a Reserva de Opções Outorgadas, no montante de R\$ 775, conforme descrito na Nota 33.

21.3 Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Dessa forma, a Companhia destinou a reserva legal no exercício de 2012 o montante de R\$ 4.844 (R\$ 3.912 em 2011).

Reserva para investimentos

Refere-se a reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D"), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.683 (R\$ 2.683 em 31 de dezembro de 2011).

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até o exercício de 2011 é de R\$ 94.541 e está fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2012.

A Companhia submeterá a aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente da reserva de lucros, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício Reserva legal - 5% (*)	96.874 (4.844)	91.613 (3.912)
Lucro líquido do exercício	92.030	87.701
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	23.008	21.925
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos pela administração Juros sobre o capital próprio	21.751	17.868
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio Dividendos intercalares Dividendos propostos	(3.104) 6.986 20.382	(2.060) 6.117 -
Total	46.015	21.925
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	23.007	-

^(*) No exercício de 2011, a Companhia destinou a reserva legal apenas R\$ 3.912 pelo fato da mencionada reserva ter atingido o limite de 20% do capital social.

Durante o exercício de 2012 a Companhia distribuiu aos acionistas os dividendos e juros sobre capital próprios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que totalizavam o montante de R\$14.327, que se encontravam provisionados para pagamento em 31 de dezembro de 2011.

Em 30 de julho de 2012, a Companhia aprovou através da Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos intercalares no montante total de R\$ 6.986, pagos em 30 de agosto de 2012. Os dividendos intercalares pagos durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada em 04 de março de 2013, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 20.382, sujeita a aprovação da Assembleia Geral da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos-Continuação

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício de 2012, no montante de R\$ 21.751 (R\$ 17.868 em 31 de dezembro de 2011) em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2012, a Companhia realizou, em 31 de julho de 2012, o pagamento de R\$ 11.322 (R\$9.702, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) a título de juros sobre o capital próprio.

Seguindo sua política de distribuição sistemática de proventos aos seus acionistas, a Companhia creditou juros sobre capital próprio semestrais, no montante de R\$ 7.969 (R\$ 6.829, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte), aos acionistas que, em 28 de dezembro de 2012, estavam inscritos nos registros da Companhia como titulares das ações de sua emissão, sendo que o pagamento será realizado em 31 de janeiro de 2013.

Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio complementares no montante de R\$ 2.460 (R\$ 2.116, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) a serem pagos em 31 de janeiro de 2013, sendo as ações da Companhia negociadas exdireitos a JCP a partir de 02 de janeiro de 2013, inclusive.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

a) Lucro básico por ação

O calculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	31/12/2012	31/12/2011	
Lucro líquido do exercício (em milhares de Reais)	96.874	91.613	
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	88.561	87.640	
Lucro básico por ação – R\$	1,09	1,05	_

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício (em milhares de Reais)	96.874	91.613
Média ponderada de ações emitidas (em milhares) Ajuste por opções de compra de ações (em milhares)	88.561 144	87.640
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares) Lucro diluído por ação – R\$	88.705 1,09	87.640 1,05

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	913.787	724.830	1.069.612	815.197
Mercado externo	34.960	49.198	39.131	47.422
Devolução de vendas	(21.254)	(19.693)	(38.018)	(27.284)
Impostos sobre vendas	(166.526)	(131.701)	(210.390)	(156.428)
Receita operacional líquida	760.967	622.634	860.335	678.907

25. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman) e canais (franquias, multimarca e lojas próprias) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Informações por segmento--Continuação

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		
Marca	31/12/2012 31/12/20		
Receita bruta	1.108.743	862.619	
Arezzo - mercado interno	663.256	566.888	
Schutz - mercado interno	356.510	215.821	
Outros	49.846	32.488	
Mercado externo	39.131	47.422	

	Conso	lidado	
Canal	31/12/2012	31/12/2011	
Receita bruta	1.108.743	862.619	
Franquias	512.383	419.970	
Multimarca	285.816	233.991	
Lojas próprias	255.977	152.241	
Outros	15.436	8.995	
Mercado externo	39.131	47.422	

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2012, 4% da receita bruta.

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5% das vendas no mercado interno e externo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(487.655)	(401.847)	(484.530)	(397.483)
Despesas comerciais	(89.091)	(72.508)	(178.526)	(121.224)
Despesas administrativas e gerais	(61.191)	(45.736)	(64.326)	(48.197)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.109)	936	(4.748)	1.668
·	(644.046)	(519.155)	(732.130)	(565.236)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(3.657)	(2.014)	(7.558)	(4.058)
Despesas com pessoal	(63.827)	(48.660)	(116.484)	(91.990)
Matéria prima e materiais de uso e	(492.485)	(404.991)	(489.360)	(400.627)
Fretes	(15.447)	(13.024)	(17.863)	(13.780)
Outras despesas operacionais	(68.630)	(50.466)	(100.865)	(54.781)
	(644.046)	(519.155)	(732.130)	(565.236)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

Fornecedores e outras conta a pagar

	Consolidado				
	31/12/2	2012	31/12/2	011	
	Valor	Valor	Valor	Valor	
	contábil	justo	contábil	justo	
	44.740	44.540			
Caixa e equivalentes de caixa	11.518	11.518	15.528	15.528	
Aplicações financeiras	190.656	190.656	158.101	158.101	
Clientes e outras contas a receber	221.572	221.572	191.757	191.757	
Empréstimos e financiamentos	94.084	94.084	38.659	38.659	

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

40.816

40.816

41.860

41.860

	Mensuração		
		Custo	
	Valor justo	amortizado	
Ativos			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	-	11.518	
Clientes e outras contas a receber	-	221.572	
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado			
Aplicações financeiras	190.656	-	
Passivos			
Empréstimos e financiamentos			
Empréstimos e financiamentos	-	94.084	
Outros passivos financeiros			
Fornecedores e outras contas a pagar	-	40.816	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT -Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).
- Caixa e equivalentes de caixa, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

a.1) Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

b) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase as totalidades de suas exportações possuem financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o valor da exposição líquida vinculado ao dólar norte-americano, é representado por:

	Conso	Consolidado		
	31/12/2012 31/12/2			
Contas a receber	25.135	16.365		
Empréstimos e financiamentos	(27.057)	(16.909)		
Fornecedores	(1.523)	(298)		
Exposição líquida	(3.445)	(842)		

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Exposição a riscos cambiais--Continuação

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
Apreciação da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	25.135	31.419	37.703
Empréstimos e financiamentos em moeda	R\$	(27.057)	(33.822)	(40.586)
Fornecedores em moeda estrangeira	R\$	(1.523)	(1.904)	(2.285)
Apreciação da Taxa em			25%	50%
Referência para Taxa de Câmbio				
Dólar		2,04	2,55	3,06
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		(862)	(1.723)

Em outubro de 2012, a Companhia firmou instrumento de hedge derivativo no valor de US\$ 3.025 mil (US\$ 1.500 mil em 2011) com o objetivo de reduzir a sua exposição cambial nas operações comerciais de exportação, considerando os valores de pedidos em carteira, sendo o vencimento em 06 de outubro de 2014.

	31/12/2012	31/12/2011
	USD (mil)	USD (mil)
Forward – Compromisso de Venda	3.025	1.500

Os ajustes decorrentes dos contratos de derivativos produziram os seguintes efeitos:

Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2012	31/12/2011
Valor a receber (a pagar) decorrente do resultado (valor justo)	14	(8)
Demonstração do resultado	31/12/2012	31/12/2011
Ganho (perda), reconhecido no resultado financeiro	14	(8)

O valor justo dos derivativos foi calculado com base em cotações oficiais de dólar futuro, tomou-se como referência a cotação do primeiro dólar futuro antes e depois do vencimento do derivativo na data do fechamento do exercício. A partir destes dados, calculou-se a média ponderada das taxas futuras para estimar-se o valor justo da operação no encerramento de cada exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consoli	Consolidado		
	31/12/2012	%		
Juros fixos	27.163	28,9		
Juros com base na TJLP e Libor	66.921	71,1		
	94.084	100,00		

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 31 de dezembro de 2012, foi definido o cenário provável para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário	Cenário A	Cenário B
Aumento de despesa financeira				
Financiamentos – TJLP	R\$	2.974	3.718	4.461
Financiamentos – Libor	R\$	80	101	120
	_	3.054	3.819	4.581
Apreciação da taxa em Referência para passivos financeiros			25,00%	50,00%
TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
Libor		0,78%	0,98%	1,17%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

d) Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros cujos valores de mercado dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos de bancos, aplicações financeiras, contas a receber e contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha, e em aplicações de curto prazo, com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

A Companhia utiliza ACCs e NDFs como os principais instrumentos financeiros para proteção contra riscos relacionados a volatilidade das taxas de câmbio em decorrência das vendas de mercadorias para o mercado externo.

Parte destes instrumentos financeiros são contratados estabelecendo o montante dos recursos em dólares a ser liberado em data futura a uma taxa pré-fixada. No período compreendido entre a contratação do instrumento e a efetiva disponibilização dos recursos, a Companhia reconhece o valor de mercado destes instrumentos. Tais operações, embora sejam instrumentos contratados com finalidade de proteção, não estão registradas na forma de "hedge accounting" e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo, trazidas a valor presente, na data de apuração. Os métodos e premissas levam em conta a interpolação de curvas, como no caso do dólar e Euro, e de acordo com cada mercado onde a Companhia está exposta.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

A Companhia não possui instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

e) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

Projeção incluindo juros futuros

	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	47.068	51.783	6.562	105.413

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro-Continuação

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida liquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	1.395	1.240	1.403	1.290
Rendimento de aplicações financeiras	14.483	17.822	14.628	17.861
Outras receitas	2.336	1.589	2.138	1.552
	18.214	20.651	18.169	20.703
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(1.637)	(1.503)	(1.908)	(1.605)
Juros sobre financiamentos	(1.984)	(1.537)	(2.309)	(1.549)
Taxa de administração de cartão de crédito	(262)	(163)	(4.378)	(2.649)
Despesas com custas cartoriais	(745)	(525)	(745)	(525)
Outras despesas	(1.843)	(2.439)	(2.994)	(2.824)
	(6.471)	(6.167)	(12.334)	(9.155)
Variação cambial, líquida:				
Ativa	1.130	1.989	1.152	1.944
Passiva	(1.519)	(1.443)	(1.688)	(1.711)
	(389)	546	(536)	233
Total	11.354	15.030	5.299	11.781

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesa com rescisão (i)	(8.000)	-	(8.000)	-
Taxa de franquia	1.225	725	1.225	725
Recuperação de despesas	72	280	132	295
Outras receitas (despesas)	594	(69)	1.895	648
	(6.109)	936	(4.748)	1.668

(i) Em 21 de janeiro de 2012, a Companhia rescindiu o contrato com a Star Export Assessoria e Exportação Ltda., que prestava serviços de assistência e assessoramento técnico para o agenciamento e fiscalização das fábricas e atelieres independentes contratados para confecção de determinados produtos. No âmbito de referida rescisão, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 8.000. Nesta mesma data, a Companhia celebrou contrato com outra empresa, de igual capacitação técnica, com a mesma natureza de serviço e com condições comerciais diferenciadas, buscando reduzir seus custos operacionais relacionados a tal prestação de serviço, com a manutenção da mesma qualidade de serviços atualmente prestados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos pagamentos mínimos em 31/12/2012 (Consolidado)
Até um ano	17.540
Acima de um ano e até cinco anos	37.766

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R\$ 1.531 (R\$ 960 em 2011). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes a variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2012, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 18.366 (R\$ 11.523 em 31 de dezembro de 2011). O saldo da conta "Aluguéis a pagar" é de R\$ 2.486 (R\$ 1.104 em 31 de dezembro de 2011).

Parcela substancial dos aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 01 de fevereiro de 2012, a Companhia incorporou as controladas ZZAF, Allmaness, Schutz Shoes e Shoes for U (Nota 1 – Reestruturação societária).

Os saldos incorporados representam transações que não envolvem caixa e estão assim representados:

	Controladora
<u>Descrição</u>	01/02/2012
Ativo	
Aplicações financeiras	125
Contas a receber	577
Estoques	3.343
Impostos a recuperar	623
Outros valores a receber	111
Partes relacionadas	122
Imobilizado líquido	731
Intangível	7
Passivo	
Fornecedores	246
Obrigações fiscais e sociais	26
Obrigações trabalhistas	348
Outras contas a pagar	40
Partes relacionadas	507
Provisões para Riscos	104

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2012, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura R\$
Estoques e imobilizado	Incêndio Responsabilidade civil	93.676 6.554

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Plano de opção de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2012 foi aprovada a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II.

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas.

Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga e 50% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Plano de opção de ações--Continuação

Em 11 e 13 de junho de 2012, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$ 20,856948048 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&FBovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2012 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos, resultando na seguinte composição para o Plano de Opções considerando os prazos de carência para o exercício das opções:

Prazo de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
Até 30 dias da data da outorga	17%	45.059
A partir do primeiro aniversário	21%	55.132
A partir do segundo aniversário	21%	55.132
A partir do terceiro aniversário	41%	111.264
Total	-	265.587

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Plano de opção de ações--Continuação

Em atendimento ao IFRS 2/ CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou o montante de R\$ 775 referente a despesa do plano de opções reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o método Black & Scholes. Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

44 0...

		1ª Outorga Junho/2012	
Lote	1	II	
Quantidade de ações			
1º Vencimento	68.231	79.543	
2º Vencimento	N/A	79.543	
3º Vencimento	N/A	159.087	
Preço de exercício – (R\$)	20,86	20,86	
Valor justo por opção – (R\$)			
1º Vencimento	6,66	9,05	
2º Vencimento	N/A	11,33	
3º Vencimento	N/A	13,32	
Dividendos esperados ("Dividend yield")	-	-	
Volatilidade do preço da ação	40,36%	40,36%	
Taxa de juro Livre de Risco			
1º Vencimento	8,50%	7,81%	
2º Vencimento	N/A	8,59%	
3º Vencimento	N/A	9,35%	
Período esperado até o vencimento – (dias corridos)			
1º Vencimento	30	365	
2º Vencimento	N/A	730	
3º Vencimento	N/A	1.095	